

**PARECER JURÍDICO Nº 004/2026**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSO LICITATÓRIO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS. FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES. LEI Nº 14.133/2021. REGULARIDADE DOS ATOS. RESSALVA QUANTO A ERRO MATERIAL NO TERMO DE REFERÊNCIA. NECESSIDADE DE CORREÇÃO. VIABILIDADE CONDICIONADA.**

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de análise jurídica do Processo Licitatório nº 207/2025, instaurado pelo Município de Cataguases-MG, que visa **registrar preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições prontas**. O serviço inclui o preparo e o serviço no estabelecimento da contratada (restaurante de porta aberta) e, quando necessário, a entrega em embalagens apropriadas para atender às demandas de diversas Secretarias Municipais.

A contratação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, utilizando o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com critério de julgamento de **menor preço por item**. O valor global estimado é de R\$ 1.229.352,14 (um milhão, duzentos e vinte e nove mil, trezentos e cinquenta e dois reais e quatorze centavos).

O procedimento está fundamentado na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e demais legislações aplicáveis. A documentação apresentada inclui o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência e a cotação de preços, que compõem a fase de planejamento da contratação.

O presente parecer tem como objetivo analisar a legalidade e a regularidade dos atos preparatórios do certame.

**É o relatório do essencial. Passo à análise.**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

A análise do processo licitatório em questão demonstra conformidade com os preceitos da Lei nº 14.133/2021, conforme os pontos a seguir.

### **2.1. Da Modalidade Licitatória e do Sistema de Registro de Preços**

A Administração Pública optou pela realização de **Pregão Eletrônico** para **Registro de Preços**, o que se mostra adequado ao objeto pretendido.

O objeto da licitação — fornecimento de refeições prontas — enquadra-se perfeitamente na definição de **serviço comum**, conforme o art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Para tais objetos, a lei determina a utilização preferencial do pregão (art. 29).

Adicionalmente, o uso do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** é justificado pela natureza da demanda. Conforme o Estudo Técnico Preliminar, a contratação visa atender a necessidades **recorrentes e eventuais** de diversas secretarias, cuja previsibilidade de quantitativo exato é complexa. O SRP, previsto nos art. 82 a 86, da Lei nº 14.133/2021, é o instrumento ideal para contratações futuras e eventuais, conferindo flexibilidade, eficiência e economicidade à Administração.

O Sistema de Registro de Preços é um dos procedimentos auxiliares previstos na Lei nº 14.133/21, cabendo aos municípios regulamentar seu uso, o que reforça a autonomia

e a adequação do sistema para as necessidades locais, como a contratação de serviços de fornecimento contínuo e eventual.

## **2.2. Da Fase de Planejamento da Contratação**

A Lei nº 14.133/2021 atribui grande importância à fase de planejamento, que deve ser materializada em documentos como o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência.

A documentação anexada demonstra que o Município de Cataguases cumpriu essa exigência. O **Estudo Técnico Preliminar (Anexo VII)** justifica a necessidade da contratação, analisa as soluções disponíveis e aponta o SRP como a mais vantajosa. O **Termo de Referência (Anexo IX)**, por sua vez, detalha o objeto, as quantidades estimadas, as condições de fornecimento e as obrigações das partes, em conformidade com o art. 23 da referida lei.

A existência desses documentos é crucial para garantir a transparência, a eficiência e a legalidade do processo, evitando contratações antieconômicas ou mal planejadas. A jurisprudência é firme ao exigir o planejamento adequado, especialmente em contratações por SRP.

## **2.3. Da Estimativa de Preços e da Dotação Orçamentária**

O processo inclui um mapa analítico com cotação de preços (Anexo VI), que fundamenta o valor estimado da contratação em R\$ 1.229.352,14. A pesquisa de mercado é um requisito legal para assegurar que os valores de referência sejam compatíveis com os praticados, promovendo a economicidade.

É importante ressaltar que, no Sistema de Registro de Preços, a Administração não se obriga a adquirir a totalidade do quantitativo estimado, mas apenas firma um compromisso de preferência com o fornecedor registrado, caso a demanda se concretize.

O processo também indica as dotações orçamentárias de diversas secretarias que serão beneficiadas, atendendo aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **2.4. Ressalva quanto à modalidade no Termo De Referência**

Apesar da regularidade geral do processo, cumpre destacar uma **inconsistência material** identificada no Termo de Referência. O item 11.1 do referido documento estabelece que:

"11.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade **Pregão Presencial**, pelo Sistema de Registro de Pregos, com critério de julgamento de menor prego por unidade, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021."

A menção ao "Pregão Presencial" contradiz frontalmente o Edital de Pregão Eletrônico nº 096/2025 e os demais documentos do processo, que corretamente estabelecem a modalidade **eletrônica** para o certame, a ser realizado no portal [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

Este tipo de erro de natureza material pode gerar insegurança jurídica e fundamentar questionamentos e impugnações por parte dos licitantes. Ademais, a Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 17, § 2º, a forma eletrônica como padrão para o pregão.

**Recomenda-se, portanto, a retificação expressa do item 11.1 do Termo de Referência antes da publicação do edital**, para que conste "Pregão Eletrônico", alinhando-o aos demais documentos do processo e à legislação aplicável, a fim de prevenir futuras contestações.

### 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, e com base na análise da documentação apresentada e na legislação vigente, opino pela **viabilidade de prosseguimento** do Processo Licitatório nº 207/2025, **desde que seja sanado o vício material apontado no Termo de Referência**, conforme a ressalva do item 2.4.

A escolha da modalidade, o uso do Sistema de Registro de Preços e a fase de planejamento estão, no mérito, adequados e justificados. A correção do erro material garantirá a segurança jurídica necessária para a condução do certame.

Assim, uma vez corrigida a inconsistência, não haverá óbices jurídicos para a publicação e o prosseguimento do Pregão Eletrônico nº 096/2025.

S.M.J., é o parecer desta Procuradoria.

Cataguases, 07 de janeiro de 2026.

**Jaqueline Bastos Coutinho**  
**Procuradora do Município**  
**OAB/MG 233.809**